

Patrimônio imaterial e musealização: Teoria do Controle Cultural para a gestão compartilhada em museus

Patrimonio inmaterial y musealización: Teoría del
control cultural para la gestión compartida en los
museos

Intangible heritage and musealization: Cultural Control
Theory for shared management in museums



Alice Barboza

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
alice.barboza.sampaio@gmail.com



Elizabete de Castro Mendonça

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
elizabete.mendonca@unirio.br

1

Resumo: As políticas culturais para o Patrimônio Imaterial têm, por princípio, a necessidade da participação da sociedade e dos detentores de tais bens culturais na sua gestão. Entretanto, construir critérios para as ações de gestão compartilhada ainda é um desafio para o campo dos museus e do patrimônio. Assim, o artigo visa compreender como a Teoria do Controle Cultural, de Bonfil Batalla, colabora para pensar tais práticas em museus e coleções vinculadas a bens de natureza imaterial. Compreende-se a musealização como conjunto de procedimentos de caráter info-comunicacional; e o Patrimônio Imaterial como conjunto de expressões, tradições e saberes, estando na base das identidades das comunidades, transmitido entre gerações. O trabalho se estrutura como debate teórico e conclui que a Teoria do Controle Cultural se mostra como arcabouço para pensar políticas culturais do patrimônio imaterial, ao permitir a construção de critérios a partir da capacidade de tomada de decisão da população sobre esses bens.

Palavras-chave: musealização; patrimônio imaterial; teoria do controle cultural; Bonfil Batalla; gestão compartilhada.

Resumen: Las políticas culturales para el Patrimonio Inmaterial tienen, por principio, la necesidad de la acción de los titulares y de la sociedad en la gestión de esos bienes. Sin embargo, construir criterios para las acciones de gestión compartida es aún un desafío para el campo de los museos y del patrimonio. De esa manera, el artículo tiene por objetivo comprender como la Teoría del Control Cultural, de Bonfil Batalla, colabora para pensar tales prácticas en museos y colecciones vinculadas a los bienes de naturaleza inmaterial. Compréndese la musealización como conjunto de procedimientos de carácter infocomunicacional; el Patrimonio Inmaterial, como como conjunto de expresiones, tradiciones y saberes, que están en la base de las identidades de las comunidades, transmitidos entre generaciones. El trabajo se estructura como debate teórico y concluí que la Teoría del Control Cultural se muestra como estructurante para pensar políticas culturales del patrimonio inmaterial, por permitir la construcción de criterios a partir de la capacidad de tomada de decisión de la población sobre esos bienes.

Palabras-clave: musealización; patrimonio inmaterial; teoría del control cultural; Bonfil Batalla; gestión compartida.

2

Abstract: Cultural policies for Intangible Heritage are based on the principle of the management of these assets by owners of knowledge and society. However, it is still a challenge to build criteria for shared management actions for the field of museums and heritage. Therefore, the article aims to understand how Bonfil Batalla's Theory of Cultural Control contributes to thinking about these practices in museums and collections bound to assets of intangible nature. Musealization is understood as a set of info-communication procedures; and Intangible Heritage is understood as a set of expressions, traditions, and knowledge, which are the basis of the identities of communities, passed on through generations. The work is structured as a theoretical debate and concludes that the Theory of Cultural Control shows itself as

a framework for thinking about intangible heritage cultural policies, by allowing the construction of criteria based on the population's ability to make decisions about these assets.

Keywords: musealization; intangible heritage; cultural control theory; Bonfil Batalla; management shared.

Submetido em: 25 de novembro de 2023

Aceito em: 23 de abril de 2024

1. Introdução

O presente artigo¹ busca compreender as colaborações da Teoria do Controle Cultural, de Bonfil Batalla, para pensarmos práticas de participação emancipadora em museus com coleções vinculadas a bens titulados como Patrimônio Imaterial. Pergunta-se, neste trabalho, quais contribuições a Teoria do Controle Cultural pode apresentar a fim de construir critérios de análise para políticas públicas e ações de salvaguarda para o Patrimônio Imaterial. Parte-se, ainda, do pressuposto de que, a partir de práticas de participação emancipadora, seria possível consolidar processos de gestão de coleções em museus que estejam em consonância com o paradigma da Democracia Cultural.

Para tanto, realiza-se um debate teórico, através de uma breve revisão de literatura sobre a teoria do controle cultural, gestão compartilhada, participação cidadã, musealização, gestão da informação e gestão do conhecimento. O artigo se dividirá em três momentos: inicialmente será feita uma reflexão sobre a teoria do controle cultural, suas categorias e importância para pensar a relação das políticas institucionais para a cultura popular; em um segundo momento, serão discutidas as compreensões de musealização e gestão de coleções para pensar a gestão informações e conhecimentos sob o prisma da participação emancipadora; por último, serão discutidos os desafios em torno do compartilhamento da tomada de decisão nos processos museológicos à luz dos conceitos de colonialismo e colonialidade, buscando afirmar a necessidade de pensar processos decoloniais para instituições culturais e museus.

¹ Este artigo resulta da conjugação e apresenta resultados parciais de quatro projetos de pesquisa, a saber por ordem de execução: 1. Iniciação Científica denominada "Museu e Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: estudo sobre as estratégias de articulação entre os processos de Patrimonialização e de Musealização no cenário das políticas públicas de salvaguarda dos bens registrados", desenvolvido por Alice Barboza, na qualidade de Bolsista de Iniciação Científica, e coordenado por Elizabete Mendonça, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; 2. Pós-doutoramento, intitulado "Documentação em Museu e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: um estudo sobre a contribuição da Gestão Integrada do Patrimônio no processo de Democracia Cultural em museus portugueses e brasileiros", desenvolvido por Elizabete de Castro Mendonça, sob a supervisão de Alice Lucas Semedo e Alexandre Matos, na Universidade do Porto; 3. Mestrado, denominado "Patrimônio Imaterial e Musealização na América Latina: museus mexicanos e brasileiros", desenvolvida por Alice Barboza, sob a orientação de Marília da Silva Franco, na Universidade de São Paulo; 4. Doutorado, denominado "Entre saberes acadêmicos, técnicos e populares: parâmetros para a gestão compartilhada de informação em museus", desenvolvido por Alice Barboza, sob a orientação de Elizabete de Castro Mendonça, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O Patrimônio Imaterial é um conceito envolto em uma rede de ideias, perpassada por noções de identidade, direitos culturais, cidadania, direito à autodeterminação dos povos, etc. Seu reconhecimento e valorização se relacionam com uma busca pela ampliação das compreensões a respeito do patrimônio e da cultura. Não se tem a pretensão de trabalhar neste artigo acerca da extensa trajetória dos debates em torno do conceito de Patrimônio Imaterial e de sua consolidação no campo do Patrimônio, de forma que se optou por utilizar a definição da Unesco (2003), compreendendo que ela é fruto desse percurso:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Unesco, 2003).

Essa definição é obra de um amplo debate que busca compreender como agir sobre o Patrimônio para além da sua preservação física, uma vez que o instrumento do tombamento se mostrou inadequado para esses bens. A definição tem grande influência da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), realizada no México, em 1982. A Mondiacult entende a cultura como “o conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social” (IPHAN, 1985) e que engloba “os modos de vidas, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, tradições e

crenças”² (IPHAN, 1985). É importante, no entanto, destacar que nem a Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, nem a Mondiacult iniciam os debates em torno da salvaguarda dos aspectos simbólicos dos bens culturais. Nesse caso, tais iniciativas são, principalmente, marcos desse debate.

No âmbito do Patrimônio Imaterial e da construção de processos de gestão de seus bens, é essencial garantir a manutenção do poder decisório dos grupos detentores. As práticas vinculadas aos bens constituintes desses bens têm profunda relação com a defesa dos direitos culturais e com o desenvolvimento do paradigma da Democracia Cultural, motivo pelo qual o presente trabalho parte deste paradigma para pensar os processos de musealização e de gestão de bens culturais. Compreende-se, para tanto, que “estabelecer a democracia cultural numa sociedade contemporânea consiste em proporcionar condições que tornem possível o acesso, fruição, produção e distribuição da cultura por todos os cidadãos” (Lacerda, 2010, p. 08). Isso converge para um direito à cultura que é tanto individual quanto coletivo, e que está “centrado na própria ideia de liberdade: [uma vez que] só há democracia cultural na dignificação social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural” (Lopes, 2009, p. 9). Trata-se, assim, de possibilitar “aos indivíduos a formação de seu próprio capital cultural” (Lacerda, 2010, p. 11). Dessa forma, a construção da democracia cultural está vinculada à garantia de outros direitos: sociais, políticos, econômicos, epistêmicos, etc. O avanço na garantia dos direitos culturais e o avanço na garantia dos demais direitos se alimentam ciclicamente, de forma que é necessário compreender e, muitas vezes, prever os impactos na sociedade, fruto das ações sobre a gestão dos bens culturais.

6

2. Teoria do Controle Cultural

Uma questão fundamental nos debates em torno do Patrimônio Imaterial diz respeito a quem detém o direito de decidir sobre tais

² A definição foi reafirmada na Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável - Mondiacult 2022 (Cidade do México, 28 a 30 de setembro de 2022).

bens, tanto na seleção dos bens culturais que posteriormente serão patrimonializados, como na gestão desse bem após sua patrimonialização. Para esse debate se mostra interessante trabalhar a Teoria do Controle Cultural, de Bonfil Batalla:

Por controle cultural se entende a capacidade de decisão sobre os elementos culturais. Como a cultura é um fenômeno social, a capacidade de decisão que define o controle cultural é também uma capacidade social, o que implica que, mesmo as decisões sendo tomadas pelos indivíduos, o conjunto social dispõe, por sua vez, de formas de controle sobre elas. [...] A capacidade de decisão é, de outro ângulo, um fenômeno cultural, enquanto as decisões (o exercício de controle) não se tomam no vazio, sem contexto, nem em um contexto neutro, mas no seio de um sistema cultural que inclui valores, conhecimentos, experiências, habilidades e capacidades preexistentes³ (Batalla, 2019, p. 183; tradução nossa).

7

A Teoria do Controle Cultural é um sistema de análise da relação entre culturas, voltado, especialmente, para as relações culturais dos grupos sociais que passaram pelo processo de colonização. A Teoria do Controle Cultural e sua terminologia não buscam uma definição para a cultura, ou para um elemento cultural, mas sim uma caracterização para uma relação que se dá entre duas culturas com poderes sociais, políticos e financeiros assimétricos. Nesse sentido, a Teoria se afasta do multiculturalismo⁴ anglo-

3 No original: "Por control cultural se entiende la capacidad de decisión sobre los elementos culturales. Como la cultura es un fenómeno social, la capacidad de decisión que define al control cultural es también una capacidad social, lo que implica que, aunque las decisiones las tomen individuos, el conjunto social dispone, a su vez, de formas de control sobre ellas. [...] La capacidad de decisión es, desde otro ángulo, un fenómeno cultural, en tanto las decisiones (el ejercicio del control) no se toman en el vacío, sin contexto, ni en un contexto neutro, sino en el seno de un sistema cultural que incluye valores, conocimientos, experiencias, habilidades y capacidades preexistentes" (BATALLA, 2019, p. 183).

4 Ainda que o termo multiculturalismo também possa se referir "às estratégias e políticas adotadas para governar e administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais" (HALL, 2003, p. 52), o termo é aqui compreendido de maneira mais próxima à "filosofia ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais" (HALL, 2003, p. 52). As críticas mais frequentes à abordagem multiculturalista reconhecem a valorização da pluralidade cultural presente nesses trabalhos, no entanto destacam uma postura de omissão desta abordagem frente às desigualdades sociais, outra crítica diz respeito ainda a uma análise cultural focada em um conceito de identidade acabada, com pouco destaque para o dinamismo cultural, suas mudanças ao longo do tempo, ou mesmo as dinâmicas existentes no contato entre duas culturas (CANEN, 2007, p. 92-94).

saxão e do relativismo cultural⁵, uma vez que sua análise se dá sobre a relação cultural e não sobre a cultura em si (Pérez Ruiz, 2013). Diferente das abordagens citadas, a Teoria do Controle Cultural não busca analisar descritivamente um elemento cultural, ou mesmo um conjunto de elementos de uma dada sociedade, ou grupo cultural; o que se busca através dessa abordagem é uma melhor compreensão de como se dão as dinâmicas culturais e as de poder político, no âmbito da relação entre duas culturas com poderes desiguais. O Controle Cultural, dessa forma, é tanto um modelo analítico quanto um processo que se dá na sociedade. Compreende-se que a relação entre culturas se dá de maneira dinâmica no tempo e, dessa forma, ainda em continuidade (Batalla, 1995; Pérez Ruiz, 2013). A partir dos conceitos estruturados na discussão sobre o controle na tomada de decisão em relação aos bens culturais, é possível estruturar tanto uma ferramenta de análise das políticas públicas culturais (Batalla, 1995; Pérez Ruiz, 2013), como também um paradigma para a construção de políticas públicas que se proponham a “reforçar ou ampliar o campo da cultura autônoma ou [no inverso oposto] ampliar o âmbito da cultura imposta⁶” (Batalla, 1995, p. 20, tradução nossa). Dessa forma, a teoria do controle cultural tem muito a acrescentar, tanto aos debates a respeito de políticas públicas para o Patrimônio Imaterial, quanto à análise dos processos de gestão cultural desses bens realizados por museus, instituições culturais, ou, mesmo, gestores externos à comunidade.

A Teoria do Controle Cultural, dessa forma, não se debruça sobre a análise de um elemento cultural, mas sobre a relação entre duas culturas (uma com maior e outra com menor poder político, econômico, entre outros), bem como sobre quem são os indivíduos que, hoje, atuam sobre os elementos culturais de um dado grupo. Nesse sentido, é importante ter em consideração o trabalho da antropóloga social Maya Lorena Pérez Ruiz (2013), que

5 O relativismo cultural é uma linha teórica e metodológica da antropologia iniciada no final do século XIX - notadamente por Franz Boas - com grande repercussão na antropologia estado unidense. A corrente se opunha ao evolucionismo cultural e ao universalismo iluminista. Boas buscava não gerar universalizações e compreendia que uma determinada cultura deveria ser estudada em sua particularidade sem buscar criar generalizações (ERIKSEN; NIELSEN, 2007, p. 52-55).

6 No original: “reforzar o ampliar el campo de la cultura autónoma o ensanchar el ámbito de la cultura impuesta” (BATALLA, 1995, p. 20).

dedicou anos de pesquisa a analisar as repercussões do trabalho de Bonfil Batalla, tanto no campo da antropologia, quanto na sua atuação no Museu Nacional de Culturas Populares⁷, no México. Em seu trabalho, a pesquisadora explicita que:

Bonfil define o controle cultural como a capacidade social de decisão de um grupo sobre os elementos culturais (visto como recursos) que são necessários para formular e realizar um propósito social, [capacidade essa] a qual tem implícita uma dimensão política relacionada com a maior ou a menor capacidade que tem esse grupo subalterno para o exercício do poder⁸ (Pérez Ruiz, 2013, p. 124; tradução nossa).

A autora pontua ainda a importância prática que a Teoria do Controle Cultural apresenta para o direito à autogestão dessas populações e, por consequência, para a garantia dos direitos culturais desses grupos:

Nesse contexto Bonfil propõe o controle da tomada de decisões sobre a permanência ou a mudança cultural como via política para que os grupos subalternos lutem por conservar sua autonomia e sua identidade própria⁹ (Pérez Ruiz, 2013, p. 124; tradução nossa).

Dessa forma, compreende-se aqui a extrema vinculação entre a tomada de decisão sobre um bem cultural (sua gestão) e a luta por poder político na sociedade. É importante destacar que a cultura não é tratada aqui como “um meio” ou “um instrumento” para a

7 Guilherme Bonfil Batalla foi fundador do Museu de Culturas Populares, no México, atuou na sua direção durante os primeiros anos de sua implantação e foi também o responsável pela concepção do Museu. Em sua proposta buscava desenvolver novas maneiras de construir processos de ampliação da tomada de decisão de grupos detentores tanto no âmbito do Museu quanto das políticas públicas para a cultura popular. A Teoria do Controle Cultural e as lutas políticas envolvidas nas dinâmicas culturais foram a base para pensar as ações museais sobre os bens de culturas populares geridos pela instituição; como as narrativas seriam construídas, entre tantas outras questões (PÉREZ RUIZ, 2013). A atuação do autor em um museu inserido na estrutura da gestão federal da política cultural mexicana se mostra relevante no âmbito deste trabalho.

8 No original: “Bonfil define el control cultural como la capacidad social de decisión que tiene un grupo sobre los elementos culturales (vistos como recursos) que son necesarios para formular y realizar un propósito social, la cual tiene implícita una dimensión política relacionada con la mayor o la menor capacidad que tiene ese grupo subalterno para el ejercicio del poder” (PÉREZ RUIZ, 2013, p. 124).

9 No original: “En ese contexto Bonfil propone el control de la toma de decisiones sobre la permanencia o el cambio cultural como vía política para que los grupos subalternos luchan por conservar su autonomía y su identidad propia” (PÉREZ RUIZ, 2013, p. 124).

luta social. Ao contrário, no momento em que a tomada de decisão sobre um elemento cultural tem consequência nos processos de construção, reconstrução e significação da identidade de um grupo, é possível compreender que a luta pelo poder de decisão cultural é a luta social em si.

Dadas as diferenças na formação histórica do Brasil e do México, é importante explicitar alguns pontos: a Teoria do Controle Cultural é estruturada à luz da realidade mexicana e muito voltada para a questão do direito à autodeterminação dos povos indígenas¹⁰. Nesse sentido, os conceitos de contato interétnico, grupo étnico, cultura étnica, identidade étnica, etc., são basilares na estruturação do sistema analítico do autor. No entanto, esses conceitos não são suficientemente adequados para tratar, por exemplo, da realidade das populações afrodescendentes, uma vez que até mesmo a relação dessas populações com o território americano se dá de maneira distinta daquelas dos povos originários. Por esse motivo, será falado aqui em “grupo cultural”, em vez de “grupo étnico”, e em “contato entre culturas”, ao invés de “contato interétnico”. Essa diferenciação, no entanto, não compromete a pertinência das categorias para as dinâmicas das relações culturais estruturadas pelo autor. Não é ambição deste trabalho adaptar o método analítico de Bonfil Batalla ao contexto brasileiro, mas sim pensar de que maneira as categorias estruturadas pelo autor permitem uma reflexão a respeito do lugar que ocupam os detentores na seleção e gestão dos bens que compõem o Patrimônio Imaterial. E, posteriormente, pensar como os Museus podem estruturar suas ações de forma a não subjugar os detentores no processo de tomada de decisão.

Quadro 1 – Os âmbitos da cultura em função do controle cultural

Elementos Culturais	Poder de Decisão	
	Próprias	Alheias
Próprios	Cultura Autônoma	Cultura Alienada
Alheios	Cultura Apropriada	Cultura Imposta

Fonte: Batalla, 1987, p. 22.

¹⁰ No entanto, a Teoria do Controle Cultural não se restringe a esses grupos, sendo muito utilizada para analisar qualquer dinâmica cultural entre um grupo hegemônico e um grupo subalterno, tendo tido significativo impacto nos estudos sobre movimentos culturais das periferias urbanas, por exemplo.

Bonfil Batalla propõe que a origem dos elementos culturais determina se eles são próprios de uma comunidade ou alheios a ela. São elementos culturais próprios aqueles que “a unidade social recebeu como patrimônio cultural herdado de gerações anteriores e os [elementos culturais] que produz, reproduz, mantém ou transmite¹¹” (Batalla, 1987, p. 21; tradução nossa). No extremo oposto, estão os elementos culturais alheios, que são aqueles que “formam parte da cultura que vive o grupo, mas que este [grupo] não produziu nem reproduziu¹²” (Batalla, 1987, p. 21; tradução nossa). O autor destaca também que, quando existe uma relação assimétrica de poder, especialmente entre populações que passaram pelo processo de colonização, o total dos elementos culturais do grupo incluirá tanto elementos próprios como elementos alheios (Batalla, 1987), bem como as quatro categorias de cultura.

Bonfil Batalla (1987) parte de dois itens básicos de análise: a origem do elemento cultural¹³ e quem detém o poder de decisão sobre esse elemento. A partir do cruzamento entre a origem de um elemento cultural e a capacidade que o grupo de origem ainda possui de decidir sobre esse elemento, estruturam-se relações culturais que podem ser de “cultura autônoma”, “cultura apropriada”, “cultura alienada” e “cultura imposta”.

A cultura autônoma é aquela em que o grupo cultural mantém tanto o uso do bem cultural – e o controle de sua reprodução – quanto a tomada de decisão sobre um bem cultural próprio da comunidade (Batalla, 1987; Pérez Ruiz, 2013). No extremo oposto, a cultura imposta é aquela em que nem o elemento cultural, nem a tomada de decisão sobre o bem, pertencem ao grupo; assim, o elemento cultural é alheio à comunidade e o controle sobre o bem é exercido pelo grupo dominante – também alheio à comunidade (Batalla, 1987; Pérez Ruiz, 2013). Cultura apropriada é aquela em

11 No original: “la unidad social considerada ha recibido como patrimonio cultural heredado de generaciones anteriores y los que produce, reproduce, mantiene o transmite” (BATALLA, 1987, p. 7).

12 No original: “forman parte de la cultura que vive el grupo, pero que éste no ha producido ni reproducido” (BATALLA, 1987, p. 7).

13 O termo “elemento cultural” será utilizado aqui por ser aquele mais frequentemente utilizado pelos autores. No entanto, entende-se igualmente como “bem cultural”.

que o bem cultural é alheio à comunidade, mas a reprodução cultural e a tomada de decisão sobre o bem são internas à comunidade, de forma que o bem é alheio, mas a tomada de decisão é própria do grupo cultural (Batalla, 1987). Cultura alienada, por sua vez, é aquela em que os elementos culturais são próprios do grupo, mas o grupo perdeu o poder de decisão sobre o bem e sobre os processos de reprodução desse (Batalla, 1987). Os âmbitos da cultura alienada são aqueles com maior preocupação para os gestores do patrimônio cultural, porque dizem respeito a “elementos que formam parte do patrimônio cultural do grupo, mas que se põe em jogo em a partir de decisões alheias¹⁴” (Batalla, 1987, p. 24, tradução nossa).

Ao longo da trajetória das políticas para o patrimônio, existe uma série de exemplos de bens culturais cujo poder de decisão foi alienado das comunidades. A alienação dos bens culturais, e sua descaracterização, são preocupações frequentes, tanto no âmbito das políticas públicas quanto no âmbito dos museus. Isso diz respeito à quando o Estado legisla sobre como deve se dar a manifestação, que conteúdos deve abarcar, como deve ser produzido, etc., ou mesmo a utilização por parte do governo de festas tradicionais para usos turísticos, nos casos em que elementos materiais ou simbólicos ficam sob decisão do governo e não mais da comunidade.

Nota-se, assim, que o fator central, para determinar se um elemento cultural pertence a um grupo, ou se é externo a ele, não está na origem desse bem cultural, mas na capacidade do grupo de tomar decisões sobre esse bem, ou seja, de direcionar o futuro de uma manifestação cultural. Essa marca do pensamento de Bonfil Batalla colabora para pensar as ações sobre o Patrimônio Imaterial, uma vez que estamos tratando de bens dinâmicos, com um alto potencial de mudança em suas estruturas e representações. Dessa forma, é importante demarcar que a propriedade sobre o bem não se relaciona exclusivamente com a origem desse bem, assim como os conceitos de “original” ou “originalidade” também

¹⁴ No original: “son elementos que forman parte del patrimonio cultural del grupo pero que se ponen en juego a partir de decisiones ajenas” (BATALLA, 1987, p. 24).

não têm relevância central nesse contexto analítico, sendo apenas mais um dos fatores a serem analisados.

A partir das quatro categorias de cultura acima listadas, Bonfil Batalla estrutura seis categorias de dinâmicas culturais, presentes nessa relação. Tais dinâmicas podem ser próprias ou alheias. São dinâmicas de cultura própria: “resistência”, “apropriação” e “inovação”. E são dinâmicas de cultura alheia “imposição”, “supressão” e “alienação”. De tal forma que podemos visualizar dessa maneira:

Quadro 2 – Dinâmica das relações culturais

Dinâmica das Relações Culturais	
Dinâmicas Próprias	Dinâmicas Alheias
Resistência	Imposição
Apropriação	Supressão
Inovação	Alienação

Fonte: elaboração própria, 2024.

13

Resistência é o processo através do qual “o grupo dominado atua no sentido de preservar os conteúdos concretos do âmbito de sua cultura autônoma¹⁵” (Batalla, 1987, p. 34, tradução das autoras). Apropriação, por sua vez, é a dinâmica através da qual “o grupo adquire capacidade de decisão sobre elementos culturais alheios¹⁶” (Batalla, 1987, p. 35, tradução das autoras). Todos os bens constituintes do Patrimônio Imaterial são, em maior ou menor medida, fruto do processo de resistência cultural. Inovação é o processo através do qual “um grupo cria novos elementos culturais próprios, que, em primeira instância, passam a formar parte de sua cultura autônoma¹⁷” (Batalla, 1987, p. 35, tradução nossa). Resistência, Apropriação e Inovação são Dinâmicas Próprias da comunidade, ainda que o bem cultural seja de origem externa a essa comunidade. Através de tais dinâmicas, um dado grupo consegue deter o controle sobre suas práticas culturais,

15 No original: “el grupo dominado o subalterno actúa en el sentido de preservar los contenidos concretos del ámbito de su cultura autónoma” (BATALLA, 1987, p. 34).

16 No original: “el grupo adquire capacidad de decisión sobre elementos culturales ajenos” (Batalla, 1987, p. 35).

17 No original: “un grupo crea nuevos elementos culturales propios, que en primera instancia pasan a formar parte de su cultura autónoma” (BATALLA, 1987, p. 35).

em maior ou menor grau. Fazem parte, portanto, do conjunto de processos através dos quais uma comunidade se autodetermina. Esses processos se dão no interior da comunidade. Ao passo que Imposição, Supressão e Alienação são processos que se dão no interior do grupo dominante, o qual atua externamente sobre uma comunidade dominada.

Imposição é o processo através do qual “o grupo dominante introduz elementos culturais alheios no universo do grupo [considerado]¹⁸” (Batalla, 1987, p. 36, tradução nossa). Um elemento cultural imposto se diferencia de um elemento apropriado em função de quem detém o controle cultural desse bem. No caso de elemento imposto, o controle se mantém com o grupo dominante, enquanto, no elemento apropriado, o controle pertence ao grupo dominado. Em ambos os casos, trata-se de um elemento cultural alheio. Supressão diz respeito ao “processo, através do qual o grupo dominante proíbe ou elimina espaços da cultura própria no grupo subalterno¹⁹” (Batalla, 1987, p. 35, tradução nossa). A supressão pode se dar sobre o elemento cultural, sobre o poder de decisão dos grupos ou, simultaneamente, sobre ambos, atuando assim sobre o elemento e sobre o poder de decisão. Alienação é a dinâmica através da qual “o grupo dominante aumenta seu controle cultural, ao obter capacidade de decisão sobre elementos culturais próprios do grupo subalterno²⁰” (Batalla, 1987, p. 36, tradução nossa. Bonfil Batalla pontua que, embora exista correspondência entre esses processos, deve-se evitar a construção de sistemas simétricos, uma vez que estes não abarcariam as complexidades das relações culturais, tendo em vista que “estão sendo analisadas relações que não são simétricas, mas de dominação e subordinação²¹” (Batalla, 1987, p. 36, tradução nossa).

Determinar a categoria para cada um dos âmbitos da cultura de um grupo requer um estudo profundo desses aspectos, das

18 No original: “el grupo dominante introduce elementos culturales ajenos en el universo del grupo étnico considerado” (BATALLA, 1987, p. 36).

19 No original: “proceso por el cual el grupo dominante prohíbe o elimina espacios de la cultura propia del grupo subalterno” (BATALLA, 1987, p. 36).

20 No original: “el grupo dominante aumenta su control cultural al obtener capacidad de decisión sobre elementos culturales propios del grupo subalterno” (BATALLA, 1987, p. 36).

21 No original: “se están analizando relaciones que no son simétricas sino de dominación y subordinación” (BATALLA, 1987, p. 36).

relações sociais simbólicas de poder, que se estruturam dentro e fora do grupo. No entanto, isso não impede que essas categorias sejam utilizadas para pensar o lugar dos membros externos à comunidade, na gestão do patrimônio. Não se trata de dizer que museus, entes do Estado, ou pesquisadores não devem interferir no processo de salvaguarda. Trata-se, antes, de refletir qual é, e até onde pode ir o papel desses profissionais na gestão dos bens culturais de natureza imaterial, especialmente quando se trata de um profissional alheio à comunidade.

Os conceitos de grupo subalterno e grupo dominante, estruturados por Bonfil Batalla, são demasiados amplos para serem debatidos no âmbito desse artigo²². Pode-se, no entanto, pontuar que as comunidades tradicionais²³, cujos elementos culturais são alvos das políticas de Patrimônio Imaterial, são geralmente minorias políticas, possuindo pouco ou nenhum poder no cenário da política nacional como um todo. Trata-se, assim, de uma relação assimétrica de poder, seja esse poder financeiro, político, social, simbólico ou mesmo de militar – como nos casos em que foi dada à polícia a responsabilidade de coibir as manifestações culturais das comunidades. Essa assimetria de poder entre os grupos é central na Teoria do Controle Cultural, uma vez que é justamente a existência de uma assimetria que faz com que a luta pela tomada de decisão sobre um bem cultural seja também uma luta política e por autodeterminação. Mais que isso, é justamente a assimetria de poder que permite a usurpação dos bens culturais de seus detentores.

Não se deve perder de vista que o motivo central dessas manifestações culturais – hoje compreendidas como Patrimônio Imaterial – ainda existem atualmente se deve a um intenso processo de Resistência Cultural de suas comunidades detentoras ao longo dos anos (e, em mais de um caso, ao longo dos séculos). A resistência pode ser implícita ou explícita, consciente

22 O autor se debruça sobre essa temática no livro *México Profundo: una civilización negada*, no qual são debatidas as complexidades políticas, sociais, culturais, simbólicas, das relações coloniais no contexto mexicano. Sua reflexão, no entanto, apresenta imensa pertinência para a compreensão de tais relações na América Latina como um todo.

23 São comunidades tradicionais aqui compreendidas como aquelas detentoras de conhecimentos tradicionais. Partimos aqui da compreensão de Diegues (2000, p. 30), para quem: o “conhecimento tradicional [é] o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”.

ou inconsciente, manifesta-se na ideia de manutenção de um costume, na recusa de iniciativas externas à comunidade e pode ocorrer de forma aberta ou clandestina (Batalla, 1987). Os bens constituintes do Patrimônio Imaterial são, em maior ou menor medida, fruto do processo de Resistência Cultural, como proposto por Bonfil Batalla (1987), seja porque em algum momento sua prática foi considerada ilegal – como as Matrizes do samba e a Capoeira –; seja porque sofreram perseguição política – como as religiosidades afrodescendentes e práticas médicas tradicionais –; seja por pressão mercadológica de empresas privadas pela sua eliminação ou modificação; seja porque a burocracia do Estado não condiz com as práticas culturais desses grupos – no caso do Queijo de Minas e do Acarajé, que em determinado momento entraram em conflito com a Cartilha da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde no Brasil. Em muitos casos, a legislação nacional foi – e continua sendo – um impedimento para a realização dessas práticas.

Portanto, é no âmbito do poder político – especificamente o legislativo – que as políticas públicas para o Patrimônio Imaterial se tornam essenciais à construção de uma democracia efetiva. Os conflitos que se estendem ao campo cultural tiveram origem na assimetria de poder dentro de uma sociedade. Tal assimetria, por sua vez, estrutura as dinâmicas de Controle Cultural enquanto processo social. Dessa forma, é no âmbito das políticas culturais – e estas dentro do paradigma da Democracia Cultural – que os conflitos gerados por tal assimetria podem ser trabalhados na sociedade, permitindo a construção de uma democracia efetiva.

A proposta teórica de Bonfil Batalla, desta forma, se mostra uma relevante ferramenta para analisar as formas de atuação sobre os bens constituintes do Patrimônio Imaterial, sendo necessário, no entanto, pensar suas propostas à luz da realidade atual e das próprias mudanças que se deram no campo dos museus, do patrimônio e da luta dos grupos pela ampliação de direitos. Um dos objetivos desse artigo é propor que tal debate possa ser repensado no campo do patrimônio a partir das próprias

atualizações do campo, por exemplo, entrecruzando a reflexão do autor com os debates sobre participação emancipadora e processos de cogestão de bens culturais.

3. Musealização e Gestão de Bens Culturais

Para uma melhor definição do processo de Musealização, o presente artigo parte de autores como Stránský (2020), Desvallés e Mairesse (2013), Mensch (1992) e Mendonça (2020), segundo os quais é possível compreender a Musealização como um “conjunto de ações, medidas, estratégias e procedimentos de ordem simbólica, política, técnica e administrativa aplicadas às referências culturais pelo museu” (Mendonça, 2020, p. 194). A autora destaca, ainda, que o processo de musealização tem por objetivo “atribuir ao objeto função de documento, desvelar seus sentidos, contribuir para a potencialidade informacional do bem cultural e contribuir também na manutenção da integridade material” (Mendonça, 2020, p. 194). Acrescentando que esse processo “reúne teoria, prática e consciência política. Focaliza, hoje, nas perguntas: por que, como e para quem musealizar?” (Mendonça, 2020, p. 194). Faz-se importante destacar que, nessa compreensão, e, partindo das propostas de Stránský (2020), considera-se que o processo de musealização não se dá exclusivamente em instituições museu.

Vale destacar que é no processo de musealização que atua a cadeia operatória museológica (Cândido, 2013); ou seja, a Musealização é o campo prático da aplicação da Museologia, sendo possível, assim, estruturar ações de salvaguarda e comunicação –ações de preservação. Dessa forma, é possível compreender a Musealização como o conjunto de procedimentos inter-relacionados e de natureza info-comunicacional, que permite a gestão do patrimônio cultural, visando a sua perpetuação na sociedade. A perpetuação de um bem cultural na sociedade pode ser compreendida como a efetiva Preservação desse bem ou, no caso do Patrimônio Imaterial, a sua Salvaguarda. Nesse sentido, cabe ressaltar que a compreensão atual sobre Preservação diz

respeito a um conjunto de medidas que visa à perpetuação de um bem cultural na sociedade, tanto em sua integridade física, quanto simbólica, mas principalmente enquanto prática cultural.

No âmbito do Patrimônio Imaterial, como fruto de diversos debates, optou-se pelo uso do termo “Salvuarda”, por um entendimento de que termos como “preservação”, “proteção” ou “conservação” não pareciam ser adequados para tais bens (Aikawa, 2004). Dessa forma, a Convenção para a Salvuarda do Patrimônio Imaterial, da Unesco, de 2003, estipula que:

Entende-se por “salvuarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (Unesco, 2003).

Essa modificação se dá em função de um entendimento de que o termo preservação poderia denotar a necessidade de uma maior atenção aos aspectos materiais do bem patrimonial, em detrimento dos aspectos simbólicos. O termo Salvuarda, assim, é adotado como forma de destacar a importância de se garantir a perpetuação dos aspectos não-materiais vinculados ao bem cultural patrimonializado (Aikawa, 2004). Observa-se, na Convenção da Unesco, uma preocupação em destacar a importância da perpetuação de uma manifestação cultural na sociedade.

Dessa forma, as ações para a Salvuarda do Patrimônio Imaterial mostram consonância com as ações do processo de Musealização, no que diz respeito à garantia da viabilidade dos bens culturais de natureza imaterial. Apresenta relevância o fato de que, para a Museologia, tais ações devem sempre ser pensadas de maneira inter-relacionada. A construção de uma cadeia de processos interligados é responsável por fazer com que a Musealização potencialize a Salvuarda do Patrimônio Imaterial e colabore para a gestão desse bem cultural.

Compreendendo o processo de musealização articulado com o processo de gestão de bens culturais, é relevante analisar as contribuições de autoras que trabalham tais desafios sob a perspectiva da “gestão de coleções” ou “gestão de acervo”. As autoras Nicola Ladkin (2004), Alice Semedo (2005), Raquel Augustin (2015) Augustin; Barbosa (2018), Juliana Alves (2020) possuem um amplo trabalho produzido a respeito da gestão de coleções e coincidem no entendimento de que essa gestão diz respeito tanto aos procedimentos, quanto às políticas vinculadas à aquisição, inventário, catalogação, controle, investigação, utilização, empréstimo, alienação, exposições, conservação, acesso, movimentação, entre outros. Assim, a “gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo” (Ladkin, 2004, p. 17), vinculada, portanto, à missão e aos objetivos do museu. Nesse sentido, Juliana Alves, pontua que a gestão de coleções é “uma abordagem integrada para desenvolver e cuidar de coleções, criando informações e permitindo ao público o acesso, a utilização e o aprender com as coleções” (Alves, 2020, p. 39) e, esclarece que, em função desses aspectos, a gestão de coleções equilibra os desafios de escolha entre acesso e preservação, “entre as necessidades atuais e das gerações futuras, e entre as prioridades políticas, económicas e ambientais” (Alves, 2020, p. 39).

Augustin (2015), de maneira complementar, entende que “a gestão de acervos é um dos conjuntos de processos referentes a esse cuidado, diretamente vinculada ao objetivo ou atividade-fim de preservação do patrimônio” (Augustin, 2015, p. 243). A autora destaca que compreende a gestão de acervos como o “sistema primordial para o funcionamento dos museus e o cumprimento de seu papel social” (Augustin, 2015, p. 243). E explicita, na sequência, que o cumprimento do papel social dos museus se dá através da gestão de acervos, justamente porque esse sistema primordial de funcionamento dos museus “utiliza e gera conhecimentos e informações intrínsecos aos seu funcionamento e operacionalização” (Augustin, 2015, p. 243), e complementa

que tais conhecimentos e informações, “ao serem tratados pela gestão da informação e do conhecimento na instituição podem ser melhor aproveitados e otimizados em âmbito organizacional” (Augustin, 2015, p. 243).

Augustin (2015) compreende o museu como uma organização cultural e que, como tal, atua tanto sobre a gestão da informação como também sobre a gestão do conhecimento. A autora ressalta ainda que, enquanto a gestão da informação atua sobre “a informação que já foi registrada e precisa ser organizada, armazenada, recuperada e disponibilizada aos funcionários, usuários” (Augustin, 2015, p. 240), a gestão do conhecimento tem como objeto, “o conhecimento existente na mente das pessoas envolvidas com a instituição, o capital intelectual, a experiência, o *know-how*, as ideias, as habilidades pessoais que geralmente não são compartilhadas ou registradas” (Augustin, 2015, p. 241). De tal forma que, enquanto a gestão da informação “centraliza sua atenção para as etapas de tratamento e organização da informação” (Augustin, 2015, p. 241), a gestão do conhecimento, por sua vez, “direciona suas atividades para a descoberta e compartilhamento do conhecimento” (Augustin, 2015, p. 241). Compreende-se aqui, portanto, que a gestão da informação e a gestão do conhecimento se relacionam de maneira dialógica, na qual a primeira diz respeito ao tratamento dado à informação, mais próxima à noção de Buckland de “informação como coisa”, enquanto a gestão do conhecimento se aproxima das noções de “informação como processo” e “informação como conhecimento” (Buckland, 2004, p. 1).

No âmbito da Museologia e dos Museus, a gestão da informação e a gestão do conhecimento se dão de maneira ainda mais imbricada, sendo, muitas vezes, difícil delimitar seus espaços de maneira definida. Nos importa, portanto, pensar esses processos de maneira dialógica. No processo de documentação, por exemplo, ao organizar os metadados de um sistema de informação, estamos atuando no âmbito da gestão da informação. No entanto, ao definir novos metadados, estamos definindo

que determinados conhecimentos passem a ser tratados como informação. No processo de criação de um novo campo de informação ou de um novo metadado, o que se busca fazer é formalizar, no processo de documentação, um conhecimento que está na mente dos profissionais dos museus ou dos detentores e que, até então, não estava sendo visto como um potencial informativo. Trata-se, assim, de compreender a informação “como substrato material do conhecimento” (Souza; Dias; Nassif, 2011, p. 60). Os processos de comunicação, educação, exposição também dizem respeito às etapas de gestão do conhecimento. É possível, portanto, entender a própria Musealização também como um conjunto de procedimentos técnicos e simbólicos que se dá no entrecruzamento da informação e do conhecimento e executa a gestão de ambos. Os procedimentos da Musealização também determinam quais conhecimentos serão trabalhados como informação, para então gerar novos conhecimentos.

Ao tratar de gestão do conhecimento, no âmbito do patrimônio imaterial, e sob o paradigma da democracia cultural, faz-se ainda mais relevante uma ampliação no entendimento de tais processos. Falar de gestão do conhecimento, nesse contexto, significa também falar sobre a forma como os Museus e os gestores do patrimônio cultural lidam com as pessoas detentoras desses conhecimentos. É necessário que as instituições construam procedimentos que permitam a coleta de depoimentos, a qualificação da documentação, a ação de transmissão de saberes, entre outras tantas ações²⁴. Discutir procedimentos de gestão do conhecimento, no âmbito do patrimônio imaterial, não se restringe a processos de validação por especialistas ou construção de tesouros, é preciso que as instituições se insiram efetivamente na dinâmica na qual as informações se tornam conhecimento e os conhecimentos se tornam informação. A ampliação dos processos de participação em museus frequentemente beneficia a instituição que consegue alimentar a sua documentação.

²⁴ É necessário principalmente que a instituição se abra à novas formas de gestão desse conhecimento e dessas informações ou pode correr o risco de estar implementando um processo de participação passiva, ou seja, não-participação.

Essa compreensão é essencial para que possamos dimensionar a responsabilidade da Museologia e dos Museus na gestão dos bens culturais, bem como a importância de pensar procedimentos de musealização que permitam uma maior participação dos grupos sociais nessa gestão de conhecimento e de informação. Dessa forma, o processo de gestão dos bens culturais, que se dá através dos procedimentos de Musealização, é um processo de tomada de decisão. Sendo assim, é importante que tal procedimento se construa a partir de processos de participação compartilhada, que permita a construção de “saberes transformadores” (Querol; Mendonça; Miguel, 2020). Os saberes transformadores são resultado de processos que entrecruzam diferentes agentes que possuem conhecimento acadêmico e/ou conhecimento de experiência. Os saberes transformadores são “capazes de contribuir para uma emancipação cultural sustentável, isto é, na produção de um conhecimento mais aprofundado e atual das realidades em estudo e, também, das necessidades existentes ao nível da sua valorização, resignificação e uso inclusivo e sustentável” (Querol; Mendonça; Miguel, 2020, p. 13). Faz-se importante complementar ainda que:

[...] à medida que as cidadãs e os cidadãos vão assumindo o controle dos processos, passam a constituir resultados relevantes: a decisão compartilhada, a implementação coletiva da decisão e também os benefícios ou efeitos transformadores que daí resultam, entre os quais encontramos a construção de conhecimento acadêmico (CA), de conhecimento de experiência (CE) e de saberes transformadores (ST) (Querol; Mendonça; Miguel, 2020, p. 12).

Na atuação dos Museus, enquanto instâncias de pesquisa, de informação e conhecimento, frequentemente nos deparamos com uma priorização dos conhecimentos acadêmicos, em detrimento dos conhecimentos da experiência. Os “saberes transformadores” surgem da capacidade da integração entre esses dois tipos

de conhecimentos e só se pode dar através de mecanismos compartilhados de tomada de decisão.

Visando definir um instrumental metodológico que permita a análise do nível de controle das populações detentoras sobre os processos vinculados à salvaguarda do Patrimônio Imaterial, as autoras Lorena Querol, Elizabete Mendonça e Flávia Miguel (2020) desenvolveram a Escala de Participação Cidadã (EPC). Trata-se de “uma ferramenta de análise que resulta do cruzamento de três propostas de classificação de metodologias participativas que vêm sendo usadas em diversos contextos desde a década de 60 do século XX” (Querol; Mendonça; Miguel, 2020, p. 12). São elas: “a ‘Escada da Participação Cidadã’ proposta por Sherry Arnstein; tabela dos ‘Graus de poder participativo’ definida por Juan Bordenave; e o ‘Espectro de Participação Pública’ proposto pela *International Association for Public Participation*” (Querol; Mendonça; Miguel, 2020, p. 12). Tomando como base a escala de Participação Cidadã, é possível analisar se as ações e processos da gestão dos bens culturais estão efetivamente permitindo a ampliação do poder decisório sobre esse bem, a partir de três opções de análise:

23

A primeira opção inclui as formas de Participação Dirigida ou não participação [...]. A segunda opção inclui as formas de Participação Concedida ou Passiva [...]. A terceira opção [e de maior interesse no âmbito desse trabalho] inclui as formas de Participação Emancipadora, também conhecida como Poder Cidadão (Querol; Mendonça; Miguel, 2020, p. 12-13).

As autoras complementam que, nas formas de Participação Emancipadora, há três níveis de participação ativa; a Cogestão, a Delegação e a Autogestão:

[...] a Cogestão envolve a gestão compartilhada dos processos de ação e de decisão e a negociação de igual para igual com quem detém tradicionalmente o poder, motivo pelo que a própria Arnstein se refere a ela como “parceria”. A Delegação de poder reconhece e outorga

autonomia às cidadãs e aos cidadãos em diversas partes do processo ou em diferentes campos de atuação. Finalmente, na Autogestão, as cidadãs e os cidadãos detêm por completo o poder de gestão dos processos, motivo pelo qual Arnstein a denomina “controle cidadão” (O.C.) (Querol; Mendonça; Miguel, 2020, p. 13).

Quanto maior o grau de participação cidadã nas ações e nos processos de gestão dos bens culturais, maior a sua potencialidade para produzir mudanças sociais e possibilitar o “desenvolvimento coletivo a partir dos conhecimentos produzidos” (Querol; Mendonça; Miguel, 2020, p. 13). Compreendendo o Museu como um espaço de poder, é necessário que seja criado, no âmbito da Museologia e dos Museus, práticas de gestão capazes de compartilhar esse poder, estruturando processos que garantam uma tomada de decisão que esteja não só em mãos de acadêmicos e técnicos, mas também de detentores desses bens – aqueles que têm garantido, ao longo do tempo, a salvaguarda desses bens e de sua permanência na sociedade. Os atores externos devem colaborar nesse processo e não ser um agente de alienação desses bens, ocasionado dinâmicas de desapropriação cultural.

4. Poder decisório nos processos museológicos

O processo de musealização, ao se relacionar com os processos de gestão, está envolto em uma série de processos de tomadas de decisões sobre o bem cultural. A partir do que foi trabalhado com Bonfil Batalla, o processo de musealização é um ato de poder político sobre um bem cultural. Portanto, é importante que as etapas e os procedimentos do processo de musealização estejam abertos a uma dinâmica de gestão compartilhada. No caso do Patrimônio Imaterial, esse ponto é mais crucial, pois estamos falando de grupos que foram historicamente excluídos do processo das disputas políticas. Não é possível, assim, executar um processo de gestão sobre esses bens, sem que sejamos capazes de construir mecanismos de tomada de decisão compartilhada.

Não é novidade, no campo dos Museus e da Museologia, que os Museus são espaços de poder, tão pouco é nova a necessidade de abrir espaço para que esse poder seja compartilhado. O que nos perguntamos aqui é se o que estamos fazendo é suficiente. Como museólogos e profissionais do patrimônio, não é suficiente “abrir espaço” para coleções diversas, patrimônios marginalizados, se não formos capazes de mudar os procedimentos de gestão desses bens culturais. Os procedimentos de gestão, utilizados nos museus, ainda têm a tomada de decisão centralizada em especialistas ou nos cargos de chefia. O que a Teoria do Controle Cultural nos explicita é que esse modo de proceder é uma ação autoritária e, portanto, antidemocrática. Também não é novidade que uma infinidade de museólogos e profissionais de museus vêm tentando, ao longo de décadas, construir instituições mais abertas e inclusivas. Instituições com tal comprometimento também relatam o quanto a burocracia institucional frequentemente impede que essas práticas sejam efetivamente postas em prática. O que defendemos aqui é que esse impedimento burocrático não é uma banalidade ou uma inconveniência: trata-se, efetivamente, de um dos mecanismos de manutenção da colonialidade responsável pela perpetuação do eurocentrismo nas instituições e no interior da gestão pública.

O processo de dominação colonial se apresenta em duas frentes que se realimentam, e se dá tanto através do colonialismo²⁵ quanto através da colonialidade. Autores como Mariátegui, Quijano e Garrels (2007), Casanova (2003), Quijano (1998, 2005), Wallerstein (2006), Césaire (2006), Lander (2005), Fanon (1968), Lefebvre (1991), entre outros, discutiram, com profundidade, as dinâmicas de dominação na América tanto em seus aspectos subjetivos quanto em suas práticas políticas. Importante destacar que o “colonialismo interno tem antecedentes na opressão de um

25 Mais especificamente colonialismo interno, conceitos trabalhados por diversos autores e, que segundo Pablo González Casanova (2003), trata-se do processo segundo o qual o poder dominante deixa de ser exercido por um Estado colonizador e passa a ser exercido pelas elites do Estado Nação sobre seus habitantes marginalizados. O autor destaca que o colonialismo interno se dá nos Estados de origem colonial e imperialista, nos quais “as classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e das etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas” (CASANOVA, 2003, p. 9, tradução das autoras). Do original: “Los Estados de origen colonial e imperialista y sus clases dominantes rehacen y conservan las relaciones coloniales con las minorías y las etnias colonizadas que se encuentran en el interior de sus fronteras políticas” (CASANOVA, 2003, p. 9). O autor pontua que esse fenômeno continua se repetindo após o processo de independência política dos Estados-Nação (CASANOVA, 2003).

povo por outro²⁶” (Casanova, 2003, p. 3, tradução nossa). Entre os processos de dominação implementados contra uma população pelo colonialismo, podemos citar: *a*) a população dominada se encontra em uma situação de desigualdade política e econômica frente às elites dominantes; *b*) a administração política e jurídica da população dominada é definida por uma etnia dominante, burguesa ou oligárquica do governo central; *c*) a população dominada não participa nos altos cargos políticos do governo; *d*) os povos colonizados dentro de um Estado-Nação tendem a pertencer a uma raça ou etnia distinta daquela dos que dominam as decisões políticas e econômicas do Estado, tal raça ou etnia é considerada inferior ou idealizada/romantizada (Casanova, 2003, p. 3). Tanto na inferiorização de uma população quanto na sua romantização, o que ocorre é uma situação na qual a população não tem controle sobre os símbolos e sobre as narrativas que são construídas a respeito de sua realidade. O colonialismo, portanto, diz respeito às formas objetivas, burocráticas, políticas e econômicas de dominação de uma população sobre a outra. O colonialismo não corresponde à colonialidade, mas estrutura seu funcionamento ao mesmo tempo que se utiliza desta para validar seus mecanismos de opressão. A colonialidade corresponde à “continuidade das formas de dominação e exploração após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas estruturas e culturas hegemônicas do ‘sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno/colonial’²⁷” (Grosfoguel, 2006, p. 159, tradução nossa). Assim, a colonialidade diz respeito às demais formas de dominação que se perpetuam para além do colonialismo.

Seguindo as reflexões de Anibal Quijano (1998) sobre a “colonialidade do poder”, Grosfoguel (2006) destaca que a colonialidade do poder tem como característica a organização do mundo do trabalho e das trocas mercantis. Para tanto, constroem-se hierarquias de raça, etnias, gêneros e sexualidade e, também, políticas, epistêmicas, espirituais, linguísticas, entre outras

26 No original: “el colonialismo interno tiene antecedentes en la opresión de unos pueblos por otros”. (CASANOVA, 2003, p. 3).

27 No original: “La colonialidad se refiere a la continuidad de las formas de dominación y explotación después del fin de las administraciones coloniales, producida por las estructuras y culturas hegemónicas del “sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2006, p. 155).

(Grosfoguel, 2006). Com base na normatização do comportamento, a partir do padrão branco, masculino, heterossexual e católico, constrói-se um arcabouço de valores e hierarquias que permitem o aprofundamento da exploração política e econômica de uma população sobre outra. Seguimos, dessa forma, a compreensão de Walter Mignolo (2007), para quem “a ideologia do colonialismo se implementa *através* da colonialidade, enquanto lógica da dominação²⁸” (Mignolo, 2007, p. 106, grifo próprio, tradução nossa).

A colonialidade gera uma dupla-consciência, e é fruto da “complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactadas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram as outras memórias” (Mignolo, 2005, p. 37). A colonialidade, assim, é entendida como a “matriz subjacente de poder colonial que seguiu existindo nos Estados Unidos, na América do Sul e no Caribe depois da independência²⁹” (Mignolo, 2007, p. 92, tradução nossa). Autores como Henrique Dussel (2005), Edgardo Lander (2005), Aníbal Quijano (1998, 2005), Walter Mignolo (2005, 2007) concordam, na compreensão, de que a colonialidade pode ser entendida como o regime de dominação subjetiva, epistêmica, histórico-cultural, simbólica, cognitiva, que legitima a espoliação colonial através da criação de um imaginário que define as diferenças entre colonizadores e colonizados. Trata-se, pois, de um ideário racista e eurocêntrico de dominação cultural. Cria uma falsa consciência (Mignolo, 2005, 2007), que impede a resolução efetiva das opressões sociais, ao atribuir falsas razões à sua existência visando apagar a responsabilidade do processo de expansão da modernidade pelo globo, na construção desse cenário de opressão e subjugação. De tal forma que “a colonialidade do poder e a colonialidade do saber se localizam numa mesma matriz genética” (Castro-Gómez, 2005, p. 84). Assim, a colonialidade é a matriz conceitual que legitima e constitui o colonialismo. O processo colonizatório se consolida através dessa dupla atuação material e simbólica. A construção de um

28 No original: “La ideología del colonialismo se implementa por medio de la *colonialidad*, en tanto lógica de la dominación.” (MIGNOLO, 2007, p. 106, grifo próprio).

29 No original: “la matriz subyacente de poder colonial que siguió existiendo en Estados Unidos, América del Sur y el Caribe después de la independencia”. (MIGNOLO, 2007, p. 92).

paradigma decolonial necessita atuar sobre ambos os aspectos, tanto sobre o colonialismo quanto sobre a colonialidade, agindo, simultaneamente, nos processos de dominação política, jurídica, financeira e sobre os processos de dominação simbólica, cultural, epistêmica, cognitiva.

A cadeia operatória da museologia atua sobre ambos os aspectos. O processo de patrimonialização imbricado na musealização é um ato tanto político quanto jurídico (Vianna; Teixeira, 2008) e o processo de documentação se dá no âmbito da construção social dos conhecimentos. A gestão do patrimônio se estrutura como tomada de decisão e de poder político sobre o bem cultura. Os processos de comunicação colaboram na construção do imaginário social de um grupo ou de um bem cultural. Por isso, argumenta-se, neste artigo, que não basta a inserção de coleções, anteriormente marginalizadas, nos museus, sem repensar os processos de construções simbólicas e cognitivas que se dão dentro da instituição. É importante que tais processos levem em conta a necessidade de abrir espaço para que haja um maior poder de tomada de decisão dos detentores sobre os bens culturais quando pensarmos os mecanismos de gestão desses bens culturais.

Faz-se necessário, portanto, repensar e reestruturar cada um dos processos da cadeia operatória da museologia, pois é por meio desses processos que a gestão e a tomada de decisão sobre os bens se materializam. E, conforme explicitado anteriormente, é na tomada de decisão sobre um bem cultural que acontece a disputa cultural – social, política, econômica, etc. –, é nesse processo de tomada de decisão que se define quem tem, efetivamente, a tutela desse bem. Os museus abrigam patrimônio público e não podemos, enquanto profissionais, nos contentarmos com um patrimônio *para* o público, mas entretanto, temos que ser capazes de desenvolver uma instituição na qual o patrimônio *seja gerido* pelo público (aqui compreendido como a população nacional). Propõe-se, assim, um processo de ampliação do compartilhamento da tomada de decisão que se reverbere na ampliação da cogestão e colabore para

uma maior participação das comunidades detentoras na gestão desses bens, estruturando uma dinâmica de cogestão entre poder público, profissionais do campo dos museus e do patrimônio e comunidades detentoras. Lembrando que a demanda para que o Estado e os museus colaborem nos processos de salvaguarda desses bens são demandas que se originam nas comunidades detentoras. Se faz importante, nesse sentido, destacar que a salvaguarda dos bens culturais é um processo complexo – e financeiramente custoso – que pode demandar profissionais especializados, infraestrutura física, a construção de uma cadeia de repasse de saberes, acondicionamento de materiais produzidos. Os profissionais de patrimônio e as instituições museais, dessa forma, podem colaborar para que tais processos sejam menos desafiadores para esses grupos. Por isso a cogestão se mostra tão relevante no âmbito desse debate.

A necessidade de refletir sobre esses processos, especialmente quando pensamos a atuação do Estado, advém do fato de que a atuação sobre o patrimônio pode também gerar ou intensificar as tensões internas à comunidade, ou mesmo as tensões entre comunidades distintas. É importante que, nas ações implementadas sobre os bens culturais, tenha-se o cuidado de não ser a própria atuação um fator de desestruturação social, simbólica ou política nas comunidades detentoras. Isso porque os próprios processos de mediação e implementação de poderes decisórios podem gerar novas tensões nos grupos. Esse ponto talvez não esteja explícito nos trabalhos de Bonfil Batalla ou nos textos sobre decolonialidade, mas certamente são pontos essenciais na discussão atual sobre participação social na gestão do patrimônio.

Considerações Finais

O artigo buscou refletir o entrecruzamento da Teoria do Controle Cultural e as práticas de gestão museológica para pensar a atuação sobre o Patrimônio Imaterial a partir do paradigma da Democracia Cultural. Embora a Teoria do Controle Cultural,

enquanto método analítico, demande a análise de uma imensa quantidade de elementos sociais, culturais e políticos, ainda assim, é possível pensar suas categorias e bases de análise para refletir os riscos da atuação de instituições e membros externos à comunidade sobre bens constituintes do Patrimônio Imaterial. Os Museus e as políticas públicas culturais, durante séculos, atuaram de maneira a alienar os elementos culturais de seus detentores para, dessa forma, exercer poder político e simbólico, especialmente, nos países que passaram por um processo colonizatório.

Não é intenção deste trabalho aderir a um viés conciliador entre as lutas sociais e políticas dos grupos detentores e a ação do Estado ou das instituições museais. Mas estruturar um debate atual sobre colonização, democracia cultural e gestão do patrimônio, compreendendo que a necessidade de tal debate é fruto justamente das demandas dos grupos detentores ao reclamarem tanto uma maior atuação do Estado sobre seus bens culturais, quanto sua própria participação sobre as ações vinculadas a esses patrimônios. Além da demanda dos detentores, outro fator relevante diz respeito ao fato de que, durante séculos, as políticas públicas culturais e as instituições museológicas foram as responsáveis por implementar processos que permitiram a perpetuação da colonialidade após o fim do regime colonial. Isso porque tais instâncias possuem instrumentos metodológicos e práticos para fazê-lo, motivo pelo qual propõem-se aqui que tais instâncias agora se responsabilizem também por colaborar – e construir mecanismos – para a construção de processos decoloniais.

No entanto, não devemos permitir que o medo de cometer novos erros nos impeça de construir uma prática museal emancipadora. Esse artigo não quer desestimular as ações de construção participativa nas instituições museológicas ou nas políticas culturais. Pelo contrário, busca-se aqui nomear o problema, entendendo que, dessa forma, podemos construir caminhos menos propensos à repetição de problemas anteriores. Os Museus e as instituições culturais não possuem uma *natureza*

autoritária, ou coisa similar. São instrumentos da sociedade humana e através dos quais a sociedade constrói a si mesma. Seus usos e seus fins vão determinar resultados. E, como tal, cabe aos profissionais dos Museus e da Museologia – especialmente aos que nos empenhamos na pesquisa e construção do conhecimento – debruçarem-se sobre tais desafios e pôr em prática novas propostas de atuação, testá-las, criticá-las, reformulá-las e tentar novamente. O caminho é longo e o trabalho é imenso, mas podemos encontrar meios de construí-lo.

Referências

AIKAWA, Noriko. Visión Histórica de la Preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. *In*: UNESCO (Org.). **Patrimonio inmaterial**. Paris: UNESCO, 2004. p. 140-153. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135852_spa. Acesso em: 20 maio 2024.

ALVES, Juliana Rodrigues. **Avaliação para gestão de coleções em museus**: uma proposta de indicadores de desempenho com base na norma SPECTRUM. Orientador: Rui Manuel Sobral Centeno. 2020. v. 1, 288 f. Tese (Doutorado em Letras) – Estudos do Patrimônio – Ramo Museologia, Universidade do Porto, Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/131189>. Acesso em: 20 maio 2024.

AUGUSTIN, Raquel França Garcia. Aproximações entre a gestão da informação e do conhecimento e a gestão de acervos no museu. Cátia Rodrigues Barbosa, Renata Maria Abrantes Baracho (Eds.) III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA E MUSEOLOGIA: UNIVERSO IMAGINÁRIO, 3, 2015. **Anais** [...]. Belo Horizonte: MUSAETEC, 2015. p. 238-250. Disponível em: https://www.academia.edu/25405537/AUGUSTIN_R_Aproxima%C3%A7%C3%B5es_Entre_a_Gest%C3%A3o_da_Informa%C3%A7%C3%A3o_e_do_

Conhecimento_e_a_Gest%C3%A3o_de_Acervos_no_Museu_ Anais_do_Semin%C3%A1rio_Internacional_Ci%C3%A4ncia_e_ Museologia_Universo_Imagin%C3%A1rio_de_14_a_17_de_ setembro_de_2015_MUSAETEC_p_238_250?auto=download. Acesso em: 12 jun. 2024.

AUGUSTIN. Raquel; BARBOSA, Cátia Rodrigues. Políticas de gestão de acervos: possíveis fontes de informação para tomada de decisão nos museus. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 134-154, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/35036>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BATALLA, Guillermo Bonfil. La teoria de control en el estudio de procesos étnicos. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 13-53, 1987. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6375>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BATALLA, Guillermo Bonfil. De culturas populares y política cultural. In: BATALLA, Guillermo Bonfil *et al.* **Culturas Populares y Política Cultural**. México: MNCP/SEP, 1995, p. 11-22.

BATALLA, Guillermo Bonfil. Lo propio y lo ajeno: una aproximación al problema del control cultural. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [S. l.], v. 27, n. 103, 2019. ISSN 2448-492X. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/72329>. Acesso em: 12 out. 2023.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 351-360, 2004. Tradução Luciane Artencio. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, diagnóstico museológico e planejamento: um desafio contemporâneo**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. **Comunicação e política**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 91-107, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Canen/publication/237591283_O_multiculturalismo_e_seus_dilemas_implicacoes_na_educacao/links/54e7787e0cf277664ffab005/O-multiculturalismo-e-seus-dilemas-implicacoes-na-educacao.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

CASANOVA, Pablo González. **Colonialismo Interno** (una redefinición). Instituto de Investigaciones Sociales: UNAM. 2003. Disponível em: https://conceptos sociales.unam.mx/conceptos_final/412trabajo.pdf Acesso em: 12 set. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Akal Ediciones, 2006.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. (Org.) **Conceitos Chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/ Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos S.

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.

DUSSEL, Henrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. *In:* LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 24-32. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **A História da Antropologia.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GROSGUÉL, Ramón. Actualidad del pensamiento de Césaire: redefinición del sistema-mundo y producción de utopía desde la diferencia colonial. *In:* CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo.** Madrid: Akal Ediciones, 2006, p. 147-172.

HALL, Stuart. A questão multicultural. *In:* SOIVK, Liv (Org.) **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 51-100.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Declaração do México.** Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. [S. l.], 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

LACERDA, Alice Pires de. Democratização da Cultura X Democracia Cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. **Políticas Culturais:** teorias e praxis, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-1, nov. 2010. Disponível em: <https://>

rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/18386. Acesso em: 12. jun. 2024.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. *In*: MUSEUMS, International Council of; BOYLAN, Patrick J. (Org.). **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: UNESCO, 2004. p. 26-32. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184713>. Acesso em: 20 maio 2024.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-23. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

LEFEBVRE, Henry. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LOPES, João Miguel Teixeira. Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural. **Saber & Educar**, [s. l.], v. 14, p. 01-13, 19 nov. 2009. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Disponível em: https://www.academia.edu/48682466/Da_democratiza%C3%A7%C3%A3o_da_Cultura_a_um_conceito_e_pr%C3%A1tica_alternativos_de_Democracia_Cultural. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARIÁTEGUI, José Carlos; QUIJANO, Aníbal; GARRELS, Elizabeth. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Biblioteca Amauta, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7878376/mod_resource/content/1/7%20Ensayos%20de%20Interpretaci%C3%B3n%20de%20la%20Realidad%20Peruana%20by%20Jos%C3%A9%20Carlos%20Mari%C3%A1tegui%20%28z-lib.org%29.pdf. Acesso: 12 out. 2023.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 177-208, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34749>. Acesso em: 12 out. 2023.

QUEROL, Lorena Sancho; MENDONÇA, Elizabete de Castro; MIGUEL, Ana Flávia. A participação cidadã nos processos de inventariação do Patrimônio Cultural Imaterial: casos do Brasil e de Portugal. **Interseções** – Revista de estudos disciplinares, Rio de Janeiro, ano 22, n. 1, p. 1-25, maio 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/intersecoes/635>. Acesso em: 20 maio 2024.

VAN MENSCH, Pieter. **Towards a methodology of museology**. 1992. 433 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Filosofia, University Of Zagreb, Zagreb, 1992. Disponível em: <http://emuzeum.cz/admin/files/Peter-van-Mensch-disertace.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelo: Gedisa Editorial, 2007.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

PEREZ RUIZ, Maya Lorena. Guillermo Bonfil Batalla: Aportaciones al pensamiento social contemporáneo. **Cuicuilco**, Cidade do

México, v. 20, n. 57, p. 115-136, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000200006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura, y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, [s. l.], n. 44, p. 227-238, ago. 1998. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042>. Acesso em: 12 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampoocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

SEMEDO, Alice. Políticas de gestão de coleções (Parte 1). **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, ano 1, n. 4, p. 305-322, 2005. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4949.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

SOUZA, Edivanio Duarte; DIAS, Eduardo José Wense; NASSIF, Mônica Erichsen. A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 55-70, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/4039>. Acesso em: 12 jun. 2024.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. A Museologia e os Museus. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 158-161, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31601/26142>. Acesso em: 12 set. 2023.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

UNESCO. **Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: MONDIACULT, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887_por. Acesso em: 12 set. 2023.

VIANNA, Letícia C. R.; TEIXEIRA, João Gabriel L. C. Patrimônio imaterial, performance e identidade. **Revista Concinnitas**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 121-129, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/22822>. Acesso em: 12 out. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. Aimé Césaire: colonialismo, comunismo y negritud. *In*: CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Akal Ediciones, 2006, p. 07-12.